

## Grupo Ambiente-Educação: Um *locus* Interdisciplinar possível no projeto dos ambientes para a Educação Infantil.

AZEVEDO, Giselle Arteiro N. (1); RHEINGANTZ, Paulo A. (2); BASTOS, Leopoldo E. G. (3); VASCONCELLOS, Vera M. R. (4)  
AQUINO, Ligia L.(5) & SOUZA, Fabiana S. (6)

- (1) Arquiteta, Dr., Professor Adjunto, PROARQ/FAU/UFRJ ([gisellearteiro@globocom.com](mailto:gisellearteiro@globocom.com))
- (2) Arquiteto, Dr., Professor Adjunto, PROARQ/FAU/UFRJ ([par@centroin.com.br](mailto:par@centroin.com.br))
- (3) Engenheiro Industrial Mecânico, Dr., Professor Titular, UFRJ ([leeurico@terra.com.br](mailto:leeurico@terra.com.br))
- (4) Psicóloga, Dr., Professor Titular, Educação /UERJ, ([vmrv@openlink.com.br](mailto:vmrv@openlink.com.br))
- (5) Pedagoga, Dr., Professor Adjunto, Educação/UERJ, ([laquino@uninet.com.br](mailto:laquino@uninet.com.br))
- (6) Arquiteta, Doutoranda PROARQ/UFRJ, Prof. Substituta, EBA UFRJ ([fabianas@terra.com.br](mailto:fabianas@terra.com.br))

### Resumo

*Este artigo se propõe a apresentar os objetivos e a abordagem conceitual do Grupo Ambiente-Educação – GAE, Grupo de Pesquisa constituído por profissionais e pesquisadores de áreas e instituições distintas, que tem como foco principal a reflexão sobre os ambientes destinados à Educação Infantil. Visa-se a realização de pesquisas inter-institucionais e interdisciplinares buscando-se a troca de saberes e de experiências diferenciadas. O Grupo cria oportunidades para o atendimento dos interesses e expectativas da sociedade, em especial aqueles relacionados com a melhoria da qualidade de vida nos ambientes escolares. A interlocução com outras áreas de conhecimento amplia o foco de discussão sobre o processo de concepção projetual, integrando objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais, dentro da ótica da sustentabilidade. O GAE procura discutir sobre a necessidade de estabelecer um locus interdisciplinar no processo de concepção projetual das Unidades de Educação Infantil, considerando a dimensão cultural e social da temática e, conseqüentemente, a necessidade de dialogar com os distintos segmentos da sociedade. Neste sentido, essa reflexão contribui com a própria prática de ensino de Projeto, reforçando uma perspectiva que reconhece a complexidade da temática e incorpora outros campos disciplinares na resolução dos problemas de projeto de arquitetura. A abordagem do GAE considera a Unidade de Educação Infantil inserida num contexto sócio-histórico-cultural, que inclui a sociedade e toda a sua ampla diversidade cultural, social e física – assim, a edificação deve ser concebida para congregar as diferenças como uma forma de enriquecimento educacional e humano, além de respeito à diversidade.*

### Abstract

*The aim of this work is to present the objectives and the conceptual approach from the GAE (Environment-Education Group). This Group is composed by professionals and researchers from several branches of knowledge from Brazilian institutions, focussing is the reflection related with Children Education and Environment. It is stressed the value of the collaborative work performed by the participating -institutions and inter-disciplinary researches. Thus, the GAE Group tries to create opportunities to attend the society's interests and expectations, specially those related with improvement quality of life in the schools. This research people interchange enlarge discussion focus related with the architectural conception process, integrating environmental, pedagogical, economic and social's objectives, under the sustainability concept. Considering the cultural and social's dimension of this theme, and, the needs from the several social layers, GAE tries to discuss the projectual conception's process related with the Children Educational Units. Thus,, this approach contributes to the project teaching practice, strengthening a perspective which recognizes the subject's complexity and merge others discipline's fields in order to have solutions to the architecture project problems. The GAE's approach considers the Children Educational Units inserted in a cultural-historical-social's context that includes the society and its large cultural, social and physic's diversity. Then, the educational building must be projected taking in account the diversities in order to improve education and human's enrichment.*

### Apresentação

O Grupo Ambiente-Educação – GAE, nasceu a partir de trajetórias de pesquisas em Arquitetura, Psicologia e Educação marcadas por uma preocupação com a interação usuários/ambiente e o atendimento a requisitos relacionados com o desenvolvimento sustentável. A abordagem dessas pesquisas destaca o “olhar” desse usuário - suas expectativas, necessidades, como também seus aspectos afetivos e cognitivos. As reflexões sobre arranjo espacial e ambiente construído sempre

estiveram presentes nas questões de habitabilidade, incluindo o conforto de adultos e crianças que vivenciam ambientes domésticos e educacionais por várias horas do dia, durante muitos meses, ao longo do ano. Pensar a qualidade desses ambientes significa ainda, refletir sobre a interação com o meio-externo, isto é, a edificação e o sítio configurando-se como um *todo* inserido no contexto de sua comunidade que inclui o ecossistema natural e o seu entorno urbano.

Tradicionalmente, as práticas projetuais dos ambientes educacionais não consideram uma abordagem interdisciplinar com enfoque especificamente no usuário. A aproximação entre áreas de conhecimento como a arquitetura, a psicologia e a educação ambiental sugerem caminhos para uma colaboração profícua, reconhecendo a influência dos atributos do ambiente no processo perceptivo, visualizando as ações, as atitudes, os comportamentos e a construção do conhecimento, como uma relação de troca e de recíproca dependência entre usuário-ambiente. A compreensão de como o sujeito apreende e se relaciona com o espaço que ocupa, estabelecendo uma relação física/pessoal com o mundo externo, se traduz como requisito primordial para o reconhecimento de uma arquitetura mais responsiva aos desejos de seus usuários, favorecendo uma estrutura espaço-temporal mais adequada à ação humana.

As pesquisas em arquitetura que buscam aprofundar e consolidar temáticas como a Avaliação Pós-Ocupação e a Arquitetura Escolar, têm resultado em diversas publicações, dissertações de mestrado e teses de doutorado. No entanto, na abordagem conceitual do GAE, passam a ganhar um contorno interdisciplinar ao se depararem com pesquisadores da Psicologia e da Educação, voltados para intervenções em ambientes destinados à educação, mais especificamente a Educação Infantil<sup>1</sup>. Este encontro interdisciplinar demanda a necessidade de um novo paradigma de investigação, cuja pluralidade teórico-metodológica dê conta de um usuário com características específicas – a criança de 0 a 6 anos.

## 2. Histórico

Na trajetória de formação do Grupo cabe destacar a contribuição de duas pesquisas com recorte teórico fundamentado na temática ambiente-educação: a tese de doutorado “*Arquitetura Escolar e Educação: Um Modelo Conceitual de Abordagem Interacionista*” (AZEVEDO, 2002)<sup>2</sup>, orientada pelo Prof. Leopoldo Bastos, e a dissertação de mestrado “*A influência do Espaço da Creche no Comportamento e Desenvolvimento de Crianças entre 2-6 anos. Estudo de Caso: Creche UFF*” (SOUZA, 2003)<sup>3</sup>, orientada pela Prof<sup>a</sup> Cristiane Rose Duarte, em interlocução com os Profs Paulo Afonso Rheingantz e Vera Vasconcellos .

Essas duas pesquisas, apesar de desenvolvidas independentemente e em momentos distintos, trataram de uma abordagem comum – interesse na relação/interação homem/ambiente/comportamento, além da inquietação a respeito da importância do espaço físico para a satisfação das necessidades de seus usuários – no caso, a edificação escolar e a unidade de educação infantil.

AZEVEDO (2002) discorre sobre a importância do ambiente para a implementação da proposta pedagógica, relacionando a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento infantil à interação com o ambiente físico. Com base na abordagem interacionista de PIAGET e VYGOTSKY, analisa a adequação de um ambiente escolar sob a ótica de seus usuários, destacando que o processo de aquisição de conhecimento é resultado das relações sujeito-objeto. Reconhece, assim, o caráter pedagógico do espaço físico e propõe a construção de um *modelo conceitual* fundamentado na interação usuário-ambiente. O *modelo* proposto focaliza aspectos contextuais-ambientais, aspectos programático-funcionais e estético-compositivos, além dos aspectos técnico-construtivos. Considera que todos esses aspectos examinados podem contribuir para a instauração de uma arquitetura escolar mais responsiva às necessidades, expectativas e valores de seus usuários.

<sup>1</sup> Profa Vera Maria Ramos de Vasconcellos (Psicóloga infantil, Prof. Titular FE/UERJ) e Profa Ligia Aquino (Pedagoga, Prof. Adjunto FE/UERJ)

<sup>2</sup> AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. Tese de Doutorado. COPPE / UFRJ (2002)

<sup>3</sup> SOUZA, Fabiana Santos. Dissertação de Mestrado. PROARQ/FAU/UFRJ (2003)

Tal visão tem continuidade no desenvolvimento do projeto de pesquisa “*Ambiente-educação: relações entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento infantil*” (AZEVEDO, 2003), inserido no Grupo de Pesquisa Projeto e Qualidade do Lugar - ProLUGAR<sup>4</sup>, vinculado ao Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq, que “desenvolve atividades relacionadas com a compreensão do processo projetual e com os impactos gerados pelos projetos no cotidiano dos diversos atores envolvidos com o ambiente construído” (RHEINGANTZ 2002)

SOUZA (2003), utilizando referencial teórico similar ao trabalho anteriormente mencionado, avalia a qualidade dos espaços da creche a partir de uma metodologia de Avaliação Pós-Ocupação e de análise dos Arranjos Espaciais. Foca a análise na influência dos ambientes da creche no desenvolvimento da autonomia das crianças. Esta investigação teve como objeto de estudo a Creche UFF, ambiente construído há cinco anos, que foi projetado já na interlocução das áreas de Psicologia, Educação e Arquitetura, e que aceitou o desafio de ter sua arquitetura reavaliada, numa análise Pós-Ocupacional. Esta pesquisa logrou mostrar aos arquitetos a importância de um projeto relacionado com as necessidades das crianças. Além disso, vem mostrar aos professores/educadores como estes podem aproveitar mais o espaço em suas atividades pedagógicas. Todos estes enfoques estão sendo mais aprofundados na pesquisa de doutorado orientada pelos Profs Paulo Afonso Rheingantz e Vera M.R. de Vasconcellos<sup>5</sup>

Ambas as pesquisas enfatizam que o **espaço é pedagógico** e essa premissa tornou-se conceito-chave para a constituição de um Grupo interdisciplinar, formado por professores/ pesquisadores de áreas de conhecimento distintas. Assim, inicia-se uma nova parceria resultando na criação do Grupo Ambiente-Educação (GAE).

### 3. O Grupo Ambiente-Educação – GAE

O GAE é formado pelos professores Giselle Azevedo, Leopoldo Bastos, Ligia Aquino, Paulo Rheingantz e Vera Vasconcellos, e pela doutoranda Fabiana Souza. Tem como propósito desenvolver estudos, pesquisas, projetos e consultorias relacionados à qualidade dos ambientes escolares com ênfase nas relações entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento da criança, além da adequação ao meio-ambiente.

Valoriza a colaboração e a pesquisa inter-institucionais e busca criar oportunidades para o atendimento dos interesses e expectativas da sociedade, em especial aqueles relacionados à melhoria da qualidade de vida nas cidades, identificando os equipamentos educacionais bem planejados como elementos fundamentais nesse processo.

A abordagem conceitual do GAE considera que o ambiente físico escolar compreende o prédio da escola e o seu entorno ambiental. Assim sendo, é de fundamental importância o desempenho satisfatório desses ambientes, uma vez que, afeta significativamente a qualidade de vida de seus ocupantes e contribui com o processo educativo e o desenvolvimento da criança. Para tal, faz-se necessário promover uma interação entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento infantil, bem como a adequação ao meio-ambiente, tendo em vista a consolidação do “edifício escolar saudável”.

O GAE se propõe a incorporar metodologias projetuais participativas que incluam as necessidades e os desejos dos seus usuários, a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais do espaço físico destinado, em especial, à Unidade de Educação Infantil. A grande diversidade existentes no país – tais como heterogeneidade da densidade demográfica, recursos sócio-econômicos, contexto cultural, além das condições geográficas e climáticas – exigem uma **abordagem de projeto** holística que considere os parâmetros fundamentais para a qualidade do ambiente das unidades de educação infantil e ofereça condições para que as municipalidades criem uma rede de qualidade, adaptando esses critérios de acordo com as suas especificidades.

<sup>4</sup> O Grupo de Pesquisa em questão é coordenado pelos Profs Paulo Afonso Rheingantz e Vera Tangari.

<sup>5</sup> Professora Titular em Educação Infantil Departamento de Estudos da Infância/UERJ.

## 4. Proposta Original

O desejo de relacionar a pesquisa acadêmica com a prática profissional, tendo em vista a interlocução com diversos segmentos da sociedade, constituiu-se como um dos principais objetivos do grupo. A proposta original deu-se a partir da idéia do Prof. Leopoldo Bastos e procurava contemplar municípios vizinhos ao Rio de Janeiro, com a intenção de oferecer consultorias a essas prefeituras. Nesse sentido, buscava-se estabelecer parcerias para a elaboração de projetos de ambientes escolares, avaliação pós-ocupação de espaços já consolidados, além da construção de novas edificações inseridas na ótica da sustentabilidade. A partir das parcerias já iniciadas (e, anteriormente, citadas) e da busca pela interdisciplinaridade a experiência das professoras Profa Vera Vasconcellos e Profa Ligia Aquino foi incorporada, ressaltando a ênfase no cumprimento da legislação vigente.

A atual legislação educacional brasileira dispõe de um conjunto de documentos<sup>6</sup>, os quais orientam a definição de critérios de qualidade para infra-estrutura das unidades de educação infantil. Tais documentos precisam ser analisados e acatados, não só no que diz respeito à criação de novas unidades, mas especialmente, no que se refere à adequação das unidades que já estavam em funcionamento quando se estabeleceu o atual ordenamento legal. Estudos do INEP/MEC apresentam dados sobre as condições de infra-estrutura dos prédios destinados ao funcionamento de unidades de educação infantil que denunciam uma realidade de grande precariedade. É preciso enfrentar problemas relacionados à falta de serviços básicos, como água, esgoto sanitário e energia elétrica, como também, a inexistência de área destinada à função de parque infantil. Tais problemas atingem a saúde física de seus usuários e, em especial, marcam o desenvolvimento sócio-cultural das crianças, pela impossibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, com espaço favorável à convivência, à brincadeira e à exploração do ambiente.

Atentos a tais preceitos legais e visando o estabelecimento de uma sistemática de planejamento que visualizasse a adequação dos ambientes escolares como meta fundamental, buscou-se parcerias com os órgãos responsáveis governamentais e não-governamentais, e agentes envolvidos no gerenciamento de projetos dos edifícios escolares, tendo como principais objetivos:

- Propor uma sistemática de procedimentos no processo de produção (projeto e construção), uso / gestão, reparos e manutenção do ambiente construído;
- Verificar as conseqüências das decisões de projeto no desempenho ambiental do edifício escolar;
- Avaliar a qualidade do ambiente físico construído, considerando o caráter pedagógico, o ponto de vista de seus usuários e o atendimento aos preceitos de sustentabilidade;
- Relacionar o desenvolvimento da criança com o ambiente físico escolar;
- Enfatizar a importância do ambiente escolar no estabelecimento de novos compromissos com a ecologia (redução de impactos ambientais) e responsabilidade social.

## 5. Parceria COEDI / MEC

---

<sup>6</sup> Constituição Brasileira (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabelecem como dever do Estado, por meio dos municípios, garantia à Educação Infantil, com acesso para todas as crianças de 0 a 6 anos a creches e pré-escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 93.94/96), define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, destacando, assim, as concepções de Educação, suas políticas, práticas e processos, como precedentes às questões de infra-estrutura, isto é, ao projeto, à construção e à reforma de *Edificações Escolares*. Nas *Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil* (Brasil, 2000), um dos aspectos normativos tratados é quanto a *Espaços Físicos e Recursos Materiais para a Educação Infantil*, afirmando que os *espaços físicos* deverão ser coerentes com proposta pedagógica da unidade e com as normas prescritas pela legislação vigente, referentes a: localização, acesso, segurança, meio ambiente, salubridade, saneamento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura, de acordo com a diversidade climática regional. Complementando esse conjunto de documentos, em 2001 foi promulgada a lei que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2001) e vem somar critérios e parâmetros de qualidade para os espaços físicos da Educação Infantil. De um total de 26 pontos referentes a “Objetivos e Metas” do Plano, destacam-se 10 itens que estão relacionados à temática.

Em junho de 2004, o Grupo foi convidado pela Coordenação de Educação Infantil do MEC a colaborar na produção de um documento nacional<sup>7</sup> para as Secretarias Municipais de Educação que estabelecesse norteamentos para a realização de ambientes de educação infantil considerando uma abordagem cognitiva e de sustentabilidade para a edificação escolar.

O documento produzido procurou associar áreas do conhecimento por vezes distanciadas na prática: *Arquitetura e Educação*. Ao reconhecer, como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 93.94/96), a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, destacou-se, as concepções de Educação, suas políticas, práticas e processos, como precedentes às questões de infra-estrutura, isto é, ao projeto, à construção e à reforma de *Edificações Escolares*<sup>8</sup>. Enfatizou-se ainda, que as discussões sobre infra-estrutura devem se dar com a participação da comunidade e a escuta dos anseios e desejos das crianças, dos professores, demais profissionais e familiares, cuja bagagem cultural preenche de significados o espaço físico construído.

Dentre as necessidades dos usuários inclui-se o conceito de escola inclusiva, isto é, ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, onde autonomia e segurança são garantidas às pessoas com necessidades especiais, sejam elas crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade. Destaca a necessidade de atualizar a legislação e as normas sanitárias para a *Arquitetura Escolar*, respeitando a diversidade cultural do povo brasileiro, refletida nas características regionais desse país continente. As discussões presentes na *Arquitetura Escolar* ressaltam as lacunas existentes entre reflexão teórica e realidade concreta das edificações, especialmente as destinadas à Educação Infantil. As desigualdades históricas das Políticas para a Infância no Brasil aparecem refletidas nas diversas unidades de educação infantil, que funcionam em condições precárias de instalações e de suprimento de serviços básicos, tais como: água, esgoto sanitário e energia elétrica.

Tal documento foi produzido a partir dos seguintes pressupostos:

- A unidade de educação infantil se encontra inserida num contexto sócio- histórico-cultural, que inclui a sociedade e toda a sua ampla diversidade cultural, social e física – assim, o edifício deve ser concebido para congregar as diferenças como forma de enriquecimento educacional e humano, além de respeito à diversidade;
- Deve existir uma relação harmoniosa da unidade de educação infantil com o seu entorno, incluindo a integração ao clima e proporcionando conforto ambiental aos seus usuários (conforto higrotérmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar); análise de impactos e efeitos climáticos; qualidade sanitária dos ambientes, além do emprego adequado de técnicas e de materiais de construção com enfoque na sustentabilidade;
- A colaboração interdisciplinar é fundamental no processo de projeto e de construção da unidade de educação infantil;
- A linguagem e os arranjos espaciais da *Arquitetura das Unidades de Educação Infantil* influenciam a qualidade da proposta educacional, contribuindo para o incremento do processo educativo e das expressões culturais das crianças. A efetiva articulação entre os profissionais da educação infantil, arquitetos, engenheiros e comunidade é determinante para qualificar as edificações das unidades e a sua infra-estrutura, e deve ocorrer desde o primeiro momento;
- O *Ambiente Físico Escolar* que envolve todo o contexto físico-ambiental, inclusive a *Arquitetura das Unidades de Educação Infantil*, influencia diretamente tanto o projeto político pedagógico como o desenvolvimento de cada criança, as interações criança-criança, criança-adulto e familiares-profissionais da referida unidade;

<sup>7</sup> Padrões de Infra-Estrutura para o Espaço Físico Destinado à Educação Infantil

<sup>8</sup> A edificação escolar refere-se ao espaço físico construído destinado a abrigar as atividades educacionais. O termo *escola* adotado no presente texto se refere a todas as instituições educacionais, reconhecendo a especificidade de cada nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio)

- Devem ser ampliados os diferentes **olhares** sobre **espaço/lugar**<sup>9</sup>, visando construir ambiente físico destinado à Educação Infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilitem a interação criança-criança, criança-adulto e deles com o meio ambiente.
- As Unidades de Educação Infantil devem ser consideradas como sendo parte do contexto de desenvolvimento das várias dimensões humanas, onde, em geral, poucos adultos cuidam e educam um número grande de crianças de pouca idade e com eles protagonizam a construção dos projetos educativos. Neste enfoque, em função da bagagem cultural que carrega, o adulto profissional (habilitado ou em formação) é um mediador privilegiado, com reconhecida influência nas interações das crianças de 0 a 6 anos. Adota-se uma abordagem sócio-histórico-cultural, onde desenvolvimento "... é compreendido como movimento, isto é, processo dinâmico onde a criança e todos os que convivem com ela, seus outros sociais, estão em constante processo de mútua transformação, num mundo (momento presente) em mudança ..." (Vasconcellos, 1998 e Santana et al, 2002). Entende-se que "a forma de organização de ambientes destinados a grupos de crianças, expressa a filosofia educacional e a qualidade dos cuidados ali existentes".
- Considera-se que a criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado: "a criança explora, descobre e inicia ações em seu ambiente; seleciona parceiros, objetos e áreas para suas atividades, mudando o ambiente através de seus comportamentos". (Campos de Carvalho, 1998 p. 126).
- Acredita-se que ambientes distintos podem favorecer diferentes tipos de interações e que o professor tem papel importante como organizador dos lugares onde ocorre o processo educacional. Tal trabalho baseia-se na escuta, diálogo e observação das necessidades e interesses expressos pelas crianças, transformando-se em objetivos pedagógicos .
- O professor/educador, junto com as crianças, prepara o ambiente da educação infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e importante para o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam resignificá-lo e transformá-lo. O ambiente lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, "brincável", explorável, transformável e acessível para todos.

Em síntese, a abordagem conceitual do documento enfatiza:

- *integração entre ambiente físico e práticas educacionais — o espaço é pedagógico;*
- *relação com a comunidade— o espaço é social, histórico e cultural;*
- *observação dos preceitos de sustentabilidade [bem estar, saúde e consciência ecológica], — o espaço é ecológico;*
- *garantia de acesso e utilização plena dos ambientes por todos, inclusive pessoas com necessidades especiais – o espaço é inclusivo.*

## 6. Projetos Futuros

### 6.1 Assessoria a diferentes municípios

Tradicionalmente, as construções escolares seguem um *Programa de Necessidades* previamente estabelecido pelas Secretarias de Educação. Na abordagem participativa que o Grupo propõe, o processo de concepção projetual e a etapa de *Programação Arquitetônica*<sup>10</sup>, devem ser antecidos de processos participativos que envolvam a comunidade educacional –, crianças, professores, funcionários, familiares e, nas unidades públicas de educação infantil, as administrações municipais – com vistas a compartilhar os saberes e experiências daqueles que

<sup>9</sup> O termo *lugar* foi utilizado em substituição a espaço, por conferir uma nova dimensão, que incorpora nossos afetos e sentimentos relacionados com o espaço (Yi-Fu Tuan *Topofilia: um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio Ambiente*. São Paulo: Difusão Editorial, 1980

<sup>10</sup> Usualmente e erroneamente conhecida pela designação reducionista *Programa de Necessidades*.

demandam e vivenciam os espaços, além de incorporar a reflexão sobre o perfil pedagógico da instituição pretendida.

Com essa abordagem participativa, busca-se a conscientização de todos sobre a importância do espaço físico/ambiente construído no processo educativo. Essa conscientização demanda a formação de uma **equipe interdisciplinar** que envolva professores, arquitetos, engenheiros, profissionais de educação e saúde, administradores e representantes da comunidade, permitindo que os diferentes saberes e objetivos sejam por eles compartilhados. Adota-se assim, uma perspectiva sócio-histórico-cultural que permite visualizar as relações e trocas entre sujeitos-e-ambiente. O desafio no processo de concepção dos ambientes educacionais é a busca de um repertório que responda a todos os requisitos formulados pelo grupo interdisciplinar, integrando objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais.

## 6.2 Projeto Creche UERJ

Uma das pesquisas que deu origem ao grupo GAE está sendo aprofundada no doutoramento desenvolvido por Fabiana Souza, na Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROARQ/UFRJ. Esta pesquisa, intitulada "Arquitetura para a Educação Infantil: Diretrizes e Recomendações de Projeto" propõe a avaliação dos espaços da Creche UFF e Creche FIOCRUZ, incluindo agora uma análise mais apurada de como o espaço é compreendido e se é visto como estratégia de ensino nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das instituições. Visa à identificação de possíveis indicadores de qualidade que possam ser consultados nas reformas, construções e adaptações de espaços voltados para a Educação Infantil, e em especial, vislumbra diretrizes para a construção da Creche UERJ. Procura ainda, estreitar os laços entre Arquitetura, Pedagogia e Psicologia do Desenvolvimento.

## 7. Considerações Finais: A Abordagem Conceitual do GAE e a Reflexão sobre o ensino de projeto

A interlocução com outras áreas de conhecimento proposta pela abordagem conceitual enfatizada pelo grupo, destaca a importância de uma postura interdisciplinar no processo de concepção projetual, procurando integrar objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais. O GAE considera que os problemas de projeto podem ser enfrentados com uma abordagem participativa, incluindo as expectativas e vivências dos usuários como importante componente desse processo.

Ao refletirmos sobre as metodologias usualmente adotadas nos ateliers de projeto em nossas escolas de arquitetura, nos deparamos muitas vezes com excessos formalistas em detrimento de uma reflexão crítica e bases teórico-conceituais mais aprofundadas. De fato, muitos profissionais em suas intervenções no ambiente físico não avaliam criticamente os impactos ambientais e sociais produzidos por sua arquitetura, bem como os efeitos do ambiente construído sobre os usuários. E essa é uma postura que acaba se refletindo também na Academia, quando nossos alunos seduzidos pela profusão de imagens apresentadas nas revistas de arquitetura e formas "mirabolantes", possíveis graças aos recursos da computação gráfica e da mídia digital, acabam reproduzindo e priorizando a plástica arquitetônica em seus exercícios de projeto. Acreditam num processo em que o arquiteto é detentor absoluto do saber, desprezando muitas vezes, o olhar dos usuários e a extensão conceitual que uma temática de projeto encerra.

A abordagem do GAE amplia o foco de discussão ao propor um *locus* interdisciplinar no processo de concepção projetual das Unidades de Educação Infantil, reconhecendo a dimensão social da temática e apontando para a necessidade de estabelecer bases conceituais para uma melhor compreensão das necessidades dos usuários. Nesse sentido, procura demonstrar que o diálogo com outras áreas de conhecimento no processo projetual não é tarefa árdua e complicada, ao contrário, é a partir dessa troca de saberes e experiências compartilhadas que é possível estabelecer uma arquitetura sustentável e mais "responsiva" aos desejos e necessidades de seus usuários.

## Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, G. A. N. Arquitetura Escolar e Educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ambiente-Educação: Relações entre os espaço físico. O projeto pedagógico e o desenvolvimento infantil. (projeto de pesquisa). PROARQ/FAU/UFRJ, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996a.
- CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. Comportamentos de crianças pequenas em creches e arranjo espacial". In: Temas em Psicologia. São Paulo:v.6 no2, 1998. p125-133.
- AZEVEDO, G., RHEINGANTZ, P., VASCONCELLOS, V., BASTOS, L., AQUINO, L. & SOUZA, F. Padrões de infra-estrutura para o espaço físico destinado à educação infantil. In: COEDI/MEC, Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil, Brasília, 2005.
- RHEINGANTZ, P. A. Projeto do Lugar para o Trabalho: Cognição e Comportamento Ambiental na Avaliação de Desempenho de Edifícios de Escritório. (Projeto de Pesquisa). PROARQ/FAU/UFRJ, 2002.
- SOUZA, F. S. A influência do espaço construído da creche no comportamento e desenvolvimento da autonomia em crianças entre 2-6 anos. Estudo de Caso: Creche UFF. (dissertação de mestrado) Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Criando zona de desenvolvimento proximal: a brincadeira na creche. Organizado por FREIRE, M. T. A. Vygotsky um século depois. Juiz de Fora, 1998.
- SANTANA, C.; VASCONCELLOS, V. M. R.; FONTOURA, Helena do Amaral. Vygotsky e arquitetura das interações: um estudo sobre o arranjo espacial na Educação Infantil. Crianças e adolescentes em Perspectiva. ótica das abordagens qualitativas. Juiz de Fora: 2002.